

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****Questão 21**

De acordo com o Código Tributário e de Rendas do Município de Camaçari, é direito do contribuinte

- A** o acesso a informações econômicas a respeito de qualquer contribuinte que constem no registro, informatizado ou não, dos órgãos da administração tributária.
- B** com idade igual ou superior a 50 anos a prioridade na tramitação de quaisquer processos administrativo-fiscais.
- C** a obtenção de certidão sobre autos de procedimentos de seu interesse em poder da administração pública, ainda que sigilosos.
- D** a recusa a prestar informações por requisição verbal, se preferir notificação por escrito.
- E** o exercício do direito de defesa diante de autuação do poder público, mediante pagamento prévio do tributo devido.

**Questão 22**

Conforme o Código Tributário e de Rendas do Município de Camaçari, caso esteja em curso cobrança executiva em que tenha sido efetivada penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa, a fazenda municipal

- A** deve fornecer certidão *verbo ad verbum* negativa com efeitos de positiva.
- B** não pode fornecer certidão da situação fiscal.
- C** deve fornecer certidão *verbo ad verbum* positiva com efeitos de negativa.
- D** deve fornecer certidão *verbo ad verbum* positiva.
- E** deve fornecer certidão *verbo ad verbum* negativa.

**Questão 23**

De acordo com o Código Tributário e de Rendas do Município de Camaçari, os atos complementares do Sistema Tributário Municipal incluem

- A** as portarias expedidas pela Receita Federal do Brasil.
- B** a Constituição Federal de 1988.
- C** a Lei Orgânica do Município de Camaçari.
- D** as leis complementares federais que versem sobre tributos e relações jurídicas a elas pertinentes.
- E** as portarias expedidas pelo secretário municipal da Fazenda de Camaçari.

**Questão 24**

Conforme o Código Tributário e de Rendas do Município de Camaçari, caso ocorra a concessão de parcelamento, a exigibilidade do crédito tributário será

- A** remetida.
- B** suspensa.
- C** extinta.
- D** eliminada.
- E** anistiada.

**Questão 25**

Nas demonstrações contábeis, a demonstração dos fluxos de caixa

- A** apresenta, em determinada data, os bens e direitos da entidade (ativo) e as suas obrigações (passivo e patrimônio líquido).
- B** apresenta informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.
- C** apresenta o desempenho da entidade em determinado período, a partir do cotejo de suas receitas e despesas.
- D** apresenta as mutações ocorridas no patrimônio líquido.
- E** apresenta as movimentações ocorridas no caixa e equivalentes de caixa da entidade, demonstrando onde a entidade obteve esses recursos financeiros e como eles foram aplicados.

**Questão 26**

Com relação às características qualitativas de informações financeiras úteis previstas no CPC 00 R2 — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro —, assinale a opção correta.

- A** A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que qualquer usuário compreenda o seu significado.
- B** As características qualitativas fundamentais são relevância e comparabilidade.
- C** A informação contábil é considerada relevante quando é capaz de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários da informação contábil.
- D** Comparabilidade, capacidade de verificação, tempestividade e neutralidade são características qualitativas que melhoram a utilidade da informação contábil.
- E** Para ser considerada fidedigna, a representação tem de ser comparável, neutra e livre de erros.

**Questão 27**

De acordo com as disposições da Lei n.º 6.404/1976 em vigor, assinale a opção correta.

- A** O ativo não circulante é composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e permanente.
- B** No ativo, as contas deverão ser dispostas em ordem crescente do grau de liquidez.
- C** As participações permanentes em outras sociedades que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa devem ser contabilizadas no ativo intangível.
- D** Os bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia deverão ser contabilizados no ativo imobilizado.
- E** Quando o ciclo operacional da empresa tiver duração menor que doze meses, a classificação no circulante ou no longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.

**Questão 28**

Com relação aos ativos imobilizados, é correto afirmar que o valor estimado que a entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil, corresponde ao

- A** valor residual.
- B** valor depreciável.
- C** custo do ativo.
- D** valor contábil.
- E** valor recuperável.

**Questão 29**

Considere que os seguintes dados se refiram a uma sociedade empresária.

	31/12/2021	31/12/2022
<b>ativo</b>		
ativo circulante	R\$ 8.000,00	R\$ 10.000,00
ativo não circulante	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
<b>total</b>	<b>R\$ 20.000,00</b>	<b>R\$ 22.000,00</b>
<b>passivo + patrimônio líquido</b>		
passivo circulante	R\$ 6.000,00	R\$ 6.600,00
passivo não circulante	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
patrimônio líquido	R\$ 12.000,00	R\$ 13.400,00
<b>total</b>	<b>R\$ 20.000,00</b>	<b>R\$ 22.000,00</b>

A partir dessas informações, e admitindo-se que os estoques, nos valores de R\$ 1.500,00, em 31/12/2021, e de R\$ 1.700,00, em 31/12/2022, estavam inclusos no ativo circulante, é correto afirmar que

- Ⓐ o índice de liquidez seca da empresa em 2021 correspondia a 2,5.
- Ⓑ a análise horizontal evidenciará um aumento de 10% do passivo circulante em 2022 em relação a 2021.
- Ⓒ o índice de liquidez corrente da empresa em 2022 era de aproximadamente 1,29.
- Ⓓ o percentual dos ativos financiados por capital de terceiros correspondia a 60% em 2021.
- Ⓔ a análise vertical evidenciará um acréscimo de 10% de participação do ativo circulante no ativo total em 2022 em relação a 2021.

**Questão 30**

Em relação aos princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- Ⓐ O princípio da unidade estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na lei orçamentária anual (LOA).
- Ⓑ O princípio da exclusividade tem o objetivo de evitar as chamadas “caudas orçamentárias”, que são disposições estranhas à previsão de receita e à fixação de despesa.
- Ⓒ O princípio da programação estabelece que a lei orçamentária anual (LOA) deve apresentar receitas e despesas com o mesmo montante.
- Ⓓ A Constituição Federal não admite exceções ao princípio da exclusividade.
- Ⓔ O princípio da universalidade trata da necessidade de haver um único orçamento para cada ente da Federação.

**Questão 31**

Determinadas ações orçamentárias são utilizadas para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo. Essas ações são denominadas

- Ⓐ subtítulos.
- Ⓑ funções.
- Ⓒ atividades.
- Ⓓ operações especiais.
- Ⓔ projetos.

**Questão 32**

Assinale a opção que contém somente receitas correntes, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.

- Ⓐ receitas tributárias, receitas de operações de crédito e receitas patrimoniais
- Ⓑ receitas de contribuições, receitas de operações de crédito e receitas de amortização de empréstimos
- Ⓒ receitas tributárias, receitas de operações de crédito e receitas de amortização de empréstimos
- Ⓓ receitas tributárias, receitas de contribuições e receitas patrimoniais
- Ⓔ receitas de contribuições, receitas de operações de crédito e receitas patrimoniais

**Questão 33**

Uma prefeitura municipal pretende realizar a concessão de um benefício de natureza tributária da qual decorre renúncia de receita relativa ao IPTU, e que não se trata de cancelamento de débito com montante inferior aos respectivos custos de cobrança.

Assinale a opção em que são apresentadas as condições para que a renúncia de receita mencionada na situação hipotética precedente obedeça aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

- Ⓐ apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício que entrar em vigor e nos dois seguintes; atendimento ao disposto na LDO; e demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da LOA, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo anexo próprio da LDO
- Ⓑ apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício que entrar em vigor e no seguinte; atendimento ao disposto na LDO; e demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da LOA, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo anexo próprio da LDO
- Ⓒ apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício que entrar em vigor e nos dois seguintes; atendimento ao disposto na LOA; e demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da LOA, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas pelo anexo próprio da LDO
- Ⓓ apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício que entrar em vigor e no seguinte; atendimento ao disposto na LDO; e previsão de medidas de compensação para o mesmo período, por meio do aumento da receita
- Ⓔ apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício que entrar em vigor e no seguinte; atendimento ao disposto na LOA; e previsão de medidas de compensação para o mesmo período, por meio do aumento da receita

**Questão 34**

No que tange aos estágios da despesa pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- Ⓑ A liquidação é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- Ⓒ O pagamento consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- Ⓓ O empenho só será efetuado quando ordenado após a regular liquidação da despesa.
- Ⓔ É permitida a realização da despesa sem empenho prévio.

**Questão 35**

Acerca de conceitos, do objeto e das fontes do direito administrativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ O direito administrativo é o ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, os agentes e as pessoas jurídicas que integram a administração pública, a atividade jurídica não contenciosa que ela exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública.
- Ⓑ A administração pública tem como constante a sua expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente; o governo, por sua vez, pode ser entendido como o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral, sejam eles próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da sociedade.
- Ⓒ A lei, a doutrina e a jurisprudência são consideradas fontes primárias do direito administrativo, ao passo que os costumes são concebidos como fonte secundária.
- Ⓓ A administração pública, em sentido subjetivo, abrange as atividades exercidas por pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas.
- Ⓔ Os elementos originários e indissociáveis do Estado são somente povo e território.

**Questão 36**

É requisito do ato administrativo a

- Ⓐ presunção de legitimidade.
- Ⓑ finalidade.
- Ⓒ autoexecutoriedade.
- Ⓓ imperatividade.
- Ⓔ eficiência.

**Questão 37**

A respeito dos agentes públicos, julgue os seguintes itens.

- I Os agentes políticos e os servidores públicos efetivos somente serão investidos no cargo após a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- II A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, bem como os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos.
- III Os servidores nomeados para cargo efetivo em razão de aprovação em concurso público são estáveis após três anos de efetivo exercício, ao passo que os empregados públicos só o são após dez anos de efetivo exercício.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

**Questão 38**

Com relação aos princípios da administração pública e seus poderes, assinale a opção correta.

- Ⓐ São princípios expressos no texto constitucional para a administração pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a eficiência e a supremacia do interesse público.
- Ⓑ Com base no poder hierárquico, a administração pública poderá punir internamente servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da administração pública pelas infrações funcionais que aqueles cometerem.
- Ⓒ O poder regulamentar dos chefes do Poder Executivo estadual e municipal está restrito à previsão em lei, enquanto o chefe do Poder Executivo federal, que é o presidente da República, pode regulamentar matéria que não tenha previsão legal ou constitucional.
- Ⓓ Pela aplicação do princípio da legalidade, a administração pública pode fazer ou deixar de fazer o que legislação não proíbe, prevalecendo a autonomia de vontade da administração pública.
- Ⓔ A administração pública dispõe do poder de polícia, o qual garante ao ente público a prerrogativa de condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

**Questão 39**

Considerando a ocorrência de um acidente automobilístico, em uma rodovia federal, entre um veículo particular e um veículo oficial da União dirigido por um agente público, julgue os seguintes itens a respeito da responsabilidade civil do Estado.

- I No caso de o acidente ter sido ocasionado exclusivamente por causa de buraco na rodovia, tendo sido o problema já reiteradamente informado à autoridade competente, não haverá possibilidade de responsabilidade civil do Estado, pela ausência do requisito ação do agente público para a demonstração de tal responsabilidade.
- II Caso o acidente tenha sido ocasionado porque o motorista do veículo da União trafegava em alta velocidade, não tendo o particular concorrido para o acidente, não será a União que indenizará o particular, uma vez que caberá ao agente público fazê-lo diretamente.
- III Na hipótese de culpa concorrente para o acidente, a responsabilidade da União será atenuada, mas não excluída, haja vista a diminuição do nexo de causalidade.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I e III estão certos.

**Questão 40**

Assinale a opção que corresponde à delegação da prestação de serviço público, feita pelo poder público, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, para pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

- Ⓐ concessão de serviço público
- Ⓑ permissão de serviço público
- Ⓒ parceria público-privada
- Ⓓ autorização de serviço público
- Ⓔ permissão de uso

**Questão 41**

No que concerne à organização administrativa e ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- A A administração pública indireta é constituída por pessoas jurídicas de direito privado, como autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ao passo que a administração pública direta é composta por pessoas jurídicas de direito público.
- B As disposições da Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) são aplicáveis somente aos agentes públicos.
- C A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista é feita por lei, com indicação explícita da sua motivação por relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional.
- D A criação de subsidiária de empresas públicas e sociedade de economia mista prescinde de autorização legislativa, uma vez que esta já é presumida pela criação do ente principal.
- E O mero exercício da função ou do desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

**Questão 42**

A respeito de licitações e contratos, assinale a opção correta.

- A O pregão é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, podendo o critério de julgamento ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- B Somente poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante após a análise de comissão constituída para tal fim, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego.
- C Sistema de registro de preços é definido legalmente como o documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou no instrumento de contratação direta.
- D O sistema de registro de preços somente poderá ser adotado quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.
- E Considerando-se a necessidade de observância do interesse público contra possíveis ilegalidades, é vedada à advocacia pública a defesa de autoridades e de servidores públicos que tiverem participado dos procedimentos relacionados a licitações e contratações públicas.

**Questão 43**

Acerca da ação direta de inconstitucionalidade (ADI), assinale a opção correta.

- A A concessão de medida cautelar em ADI terá efeito *ex tunc*, salvo se o STF entender que lhe deva conferir eficácia prospectiva.
- B O STF não está autorizado a modular os efeitos da declaração de inconstitucionalidade no julgamento da ADI.
- C A decisão que declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade poderá ser objeto de ação rescisória, no prazo decadencial de dois anos, iniciando a contagem do seu trânsito em julgado.
- D Decisão proferida em ADI que declare a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo produz efeito vinculante em relação aos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo.
- E A concessão de medida cautelar em ADI torna aplicável a legislação anterior acaso existente, exceto se houver expressa manifestação em sentido contrário.

**Questão 44**

Assinale a opção correta a respeito da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF).

- A A existência de outros meios capazes de sanar a lesividade não inviabiliza o cabimento da ADPF.
- B Não se admite a utilização da ADPF para impugnar atos de efeitos concretos.
- C O cabimento de ADI perante o tribunal de justiça desautoriza o conhecimento da ADPF pelo STF quando, em ambas as ações, se pretender impugnar o mesmo ato do poder público.
- D Terceiro prejudicado terá legitimidade ativa para interpor embargos de declaração na ADPF.
- E A ADPF não se presta a examinar suposta omissão normativa do poder público que impeça a efetividade da Constituição Federal de 1988.

**Questão 45**

Quanto à eficácia das normas constitucionais, o direito de greve apresenta-se como norma de eficácia

- A plena, que tem aplicabilidade imediata e não está condicionada à atuação do legislador ordinário.
- B plena, não tendo aplicabilidade imediata por depender de lei integrativa para ser exigível.
- C contida, que tem aplicação imediata mas cujos efeitos podem ser restringidos por meio da edição de lei regulamentadora.
- D limitada, não tendo aplicabilidade imediata, fazendo-se necessária a edição de lei regulamentadora para que possa produzir todos os efeitos quanto ao seu exercício e à definição dos seus limites.
- E limitada, não tendo aplicabilidade imediata, admitindo-se a aplicação dos métodos de integração da norma para suprir a lacuna legislativa.

**Questão 46**

A luz da jurisprudência do STJ, assinale a opção que apresenta ação constitucional adequada para impugnar decisão judicial que determine o recolhimento de passaporte.

- A mandado de segurança
- B *habeas corpus*
- C *habeas data*
- D ação civil pública
- E ação popular

**Questão 47**

O princípio tributário da legalidade determina que qualquer elevação de alíquota de impostos somente possa ser efetuada por meio de lei, embora haja exceções à sua aplicação. Um imposto submetido integralmente a esse princípio é o

- A imposto sobre importação.
- B imposto sobre operações financeiras.
- C imposto sobre exportação.
- D imposto sobre produtos industrializados.
- E imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

**Questão 48**

Em regra, ao prestar um serviço, a empresa deve pagar o imposto sobre serviços (ISS) no município de sua sede. Porém, há serviços cuja prestação enseja pagamento ao município em que é prestado o serviço, como no caso de

- A serviços relativos a geologia.
- B serviços de informática.
- C serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- D serviços de execução de obras de construção civil.
- E serviços de consultoria via teletrabalho.

**Questão 49**

Segundo o Código Tributário Nacional, enseja a suspensão da exigibilidade do crédito tributário

- A** o depósito do montante integral do crédito.
- B** a anistia.
- C** a compensação.
- D** a transação.
- E** a prescrição.

**Questão 50**

Nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, em regra, para que uma empresa se enquadre como microempresa, ela deve auferir, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360 mil. Cumprindo esse requisito, pode beneficiar-se de tal tratamento jurídico a

- A** empresa de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- B** filial, no Brasil, de pessoa jurídica com sede no exterior.
- C** empresa constituída sob a forma de cooperativa que não seja de consumo.
- D** empresa que participe do capital de outra pessoa jurídica.
- E** empresa de cujo capital participe um servidor público.

**Espaço livre**